

Pressionado, governo cede e dá também 127% para servidor civil

BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney está com o decreto pronto de reajuste do pessoal civil, que deverá ser idêntico aos dos militares (127,92% até janeiro) e irá anunciá-lo no feriado da segunda-feira, quando se comemora o Dia do Servidor Público. A única diferença do reajuste civil será quanto à distribuição das parcelas, que ainda está sendo estudada pelos ministros da Fazenda e da Administração.

A informação foi dada, ao mesmo tempo, pelos ministros Aluizio Alves, da Administração e Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil. Aluizio Alves explicou, ainda, que a intenção do governo é criar um critério de reajuste para cada nível de salário, concedendo um percentual maior a quem ganha menos e vice-versa. Dessa forma, ele acredita que estão sendo corrigidas distorções na carreira do funcionalismo público.

Durante o Dia do Servidor, o presidente Sarney assinará, também de acordo com o ministro, o ato formalizando a criação da carreira do funcionário público civil, que será administrada por uma escola cujo ingresso se fará através de vestibular. Segundo projeção do ministro Aluizio Alves, com os novos reajustes o governo terá um gasto adicional na folha de pagamento do mês de outubro de Cz\$ 5 bilhões.

BRESSER VENCIDO

O ministro da Fazenda, Bresser

Pereira, que solicita aos empresários que limitem os reajustes salariais de seus empregados, para não comprometer o plano de controle da inflação, não tem conseguido conter os índices de correção salarial de funcionários de empresas e órgãos do governo.

Nos últimos meses, mesmo com a recomendação do ministro, presidente do Conselho Interministerial dos Salários das Estatais (Cise), para que não fossem concedidos aumentos superiores a 12%, os funcionários do Banco do Brasil obtiveram 44,56% de reajuste, os do Banco Central alcançaram 44%, os da Caixa Econômica Federal, do Banco do Nordeste do Brasil e do Banco da Amazônia SA, 40%.

Muitas destas decisões foram obtidas na Justiça do Trabalho, mas algumas foram negociadas. Os empregados da Petrobrás, por exemplo, negociaram com a presidência da empresa um reajuste de 41% e as Centrais Elétricas do Sul concederam 40% de reajuste a seus empregados. Depois de alguns dias de greve, os funcionários da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) obtiveram, esta semana, 20,7% de correção salarial, retroativos a 1º de

outubro, além do adiantamento da URP de dezembro, estimada em 5,75%, para novembro.

CONTRA VONTADE

Segundo um assessor do ministro da Fazenda, os aumentos nos salários de empregados da administração pública e de empresas federais não vêm sendo concedidos por vontade do governo, mas porque "tem sido impossível evitar". Categorias profissionais sem tradição em negociação e sem organização sindical têm se mobilizado para evitar as perdas salariais que, segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) chegam, este mês, perto dos 50%.

